



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 10/10

09 de Agosto de 2010



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



## Forças Armadas: Um serviço público a salvaguardar!



Nos últimos anos, o tema da despesa do País com as suas Forças Armadas tem sido recorrentemente esgrimido, principalmente quando estão em causa direitos inalienáveis dos militares e da Família Militar, como sejam, por exemplo, as carreiras, saúde ou assistência na doença. Este ano não é excepção.

Desta feita é a propósito do dinheiro gasto com a aquisição de submersíveis, de modo a que a Marinha, do País, mantenha ao seu serviço as potencialidades conseguidas com esses meios, nas missões que o Governo lhe atribui. **Não compete às associações socioprofissionais pronunciarem-se sobre os meios operacionais: essa é matéria de competência exclusiva dos Chefes Militares, que respeitamos.**

Às associações compete zelar, dentro das suas possibilidades, para que os equipamentos disponham de meios de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho adequados, condições de habitabilidade e de salubridade que reduzam os danos infligidos às guarnições desses equipamentos e, nesse capítulo, podemos afirmar com segurança que o País deu um salto de mais de meio século.

Enquanto cidadãos, como qualquer outro cidadão e contribuinte português, também nos interessa saber com rigor porque motivo as contrapartidas negociadas aquando da aquisição não foram cumpridas e, não tendo sido, quem são os responsáveis e que imputação, ou imputações, dos danos infligidos às contas públicas portuguesas lhes serão exigidas. A culpa não pode morrer solteira, para que mais tarde, conforme as conveniências, se tome o todo pela parte.

Chamamos a atenção que, de acordo com o anuário estatístico do MDN, de 2008, e atribuindo toda a despesa com pessoal aos **34.756** militares que se encontravam na efectividade de serviço, todo o dispositivo das Forças Armadas nesse ano custou ao País **cerca de 3 euros/hora** de disponibilidade. **Todas as horas, de todos os 366 dias desse ano (para os militares todos os dias são dias úteis), em quaisquer condições.** Nesse período **salvaram-se mais de 700 vidas.**

Se forem contabilizados os valores das coimas e taxas que as Finanças Públicas amealharam graças à actividade do dispositivo, e os que o País reembolsou pela participação nas missões externas através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, podemos afirmar com muita segurança que o saldo é bastante favorável às Forças Armadas, ou seja: **o País tem saldo positivo com o investimento que anualmente faz com as suas Forças Armadas;** saldo que seria ainda mais expressivo se as já referidas contrapartidas fossem cumpridas, como sucede em qualquer Estado devidamente governado.

Mas **ainda o ano vai na época estival e, devido à suborçamentação crónica,** como temos vindo a denunciar de há anos a esta parte, **já o défice com as Forças Armadas ascende a mais de 120M€** (estimativa feita por defeito, pois a realidade, no fim do ano, mesmo mantendo-se a situação anómala de congelamento de carreiras, deverá mostrar um montante bastante superior).

Também esta suborçamentação faz parte do estratagema de passar para a opinião pública a ideia de que as suas Forças Armadas são uma despesa inútil, sem se evidenciarem os números dos ganhos conseguidos só com o serviço público que prestam: assim se confundem os contribuintes portugueses e se prepara a opinião pública para os ataques sucessivos que têm vindo a ser infligidos, injustamente, aos militares portugueses e às suas famílias.

Mais uma vez **o Governo está no limiar da ilegalidade** por ainda não ter aprovado os quadros orgânicos das Forças Armadas para o ano 2010, conseguindo por isso impedir a progressão na carreira a centenas de militares que permanecem no mesmo posto há mais de 15 anos e que, em situação de legalidade, já teriam sido promovidos.

Assim consegue camuflar o desastre orçamental promulgado com a actual lei do sistema retributivo das Forças Armadas pois o cumprimento desta lei e a concretização das promoções normais, provocarão um aumento exponencial das despesas com o pessoal, tal como a ANS tinha previsto, o que a motivou atempadamente a solicitar a suspensão da eficácia da referida lei.

A ANS, na certeza de que quem não luta já perdeu, tudo fará para que a Lei se cumpra e os compromissos nacionais sejam honrados; e não se calará, nem admitirá que sejam os militares a suportar as consequências das irregularidades ocorridas recentemente em vários bancos privados portugueses, ou em contrapartidas incumpridas por quem julgue ter poder para o fazer, desrespeitando compromissos assumidos.

A Direcção  
Lisboa, 9 de Agosto de 2010